3 1761 07046107 4

Pinheiro Chagas, Manuel
Desenvolvimento da
litteratura portugueza

PQ
9013
P5

DESENVOLVIMENTO

DA

LITTERATURA PORTUGUEZA

THESE

PARA O CONCURSO DA 3.ª CADEIRA

DO

CURSO SUPERIOR DE LETRAS

POR

M. PINHEIRO CHAGAS

LISBOA
IMPRENSA DE J. G. DE SOUSA NEVES
65—Rua da Atalaia—67
1872

DESENVOLVIMENTO

DA

LITTERATURA PORTUGUEZA

DESENVOLVIMENTO

DA

LITTERATURA PORTUGUEZA

THESE

PARA O CONCURSO DA 3.ª CADEIRA

DO

CURSO SUPERIOR DE LETRAS

POR

M. PINHEIRO CHAGAS

LISBOA
IMPRENSA DE J. G. DE SOUSA NEVES
65—Rua da Atalaia—67
1872

PQ
9013
P5

LIBRARY
MAR 6 1968
UNIVERSITY OF TORONTO

THESE

A litteratura portugueza acompanha no seu desenvolvimento a litteratura dos outros reinos da Hespanha, e no seculo XVI, em vez de sacrificar a sua nacionalidade á reacção latinista, apresenta algumas das suas creações mais originaes.

I

Antes de entrarmos no estudo da litteratura portugueza, devemos attender, para não sermos injustos, ao modo como se formou a nossa nacionalidade. A familia portugueza não é uma d'essas grandes familias, em que se divide a Europa, que se distinguem entre si por diversos caracteres ethnographicos, é um ramo destacado da familia hispanica, que deve á sua posição geographica, á energia dos seus membros, e ás circumstancias da sua historia, a potente vitalidade que lhe assegurou a independencia, e lhe deu todas as condições de existencia nacional.

No periodo das grandes creações litterarias da edade media, a Hespanha, fragmentada politicamente, affirma a sua unidade de raça nas maravilhosas manifestações da sua poesia popular. A familia portugueza contribue, tanto como as outras familias hespanholas, para a formação dos *Romanceiros* [1]. Se fosse possivel discriminar-se n'essa vasta *Iliada*

[1] Em 1869 escrevia eu o seguinte: «O romance popular, filho mimoso da Peninsula hispanica, é-nos commum com todos os outros povos da Hespanha. O enthusiasmo, que na renascença litteraria do seculo XIX essa admiravel poesia do povo hespanhol excitou em toda a Europa culta, e principalmente na Allemanha e na Inglaterra, tambem para nós o podemos reclamar, porque muitas vezes esses maravilhosos romances são do solo portuguez, e em todo o caso raras vezes se póde distinguir onde primeiro nasceram. se aqui, se no resto da Hespanha.» *Historia de Portugal por uma sociedade de homens de letras* (pseudonymo) t. III pag. 103.

peninsular quaes são as rhapsodias que a cada povo pertencem, o nosso quinhão seria de certo um dos mais ricos.

É-nos impossivel admittirmos a theoria de que o povo portuguez é constituido por uma raça especial a que se dá o nome de raça mosarabe, e ainda mais a maneira como o illustre defensor d'essa theoria entende que essa raça se formou. Não nos será difficil indicarmos os paradoxos historicos, a que teve de recorrer para sustentar a idéa de que os mosarabes são os godos-lites, e nós os seus descendentes directos. Deduzir-se-hia d'ahi logicamente que somos um povo de raça germanica, e não um povo néo-latino. Como é impossivel comtudo negar que a lingua portugueza faz parte do grupo das linguas romanas, a admissão d'essa theoria apagava todas as conquistas da sciencia moderna, destruia a importancia historica dos estudos philologicos, e dava como falso o methodo, que tem procurado descobrir, pela anatomia das linguas, a filiação dos povos e as phases da sua existencia.

Para admittir que o godo-lite podesse absorver os povos invadidos, torna-se necessario declarar que os primeiros povoadores da Hespanha foram facilmente subjugados por causa da sua brandura, o que está em manifesta contradicção com todos os dados historicos transmittidos pela antiguidade. Strabão, Valerio Maximo, Polybio, Tito Livio são unanimes em exaltar a bravura dos Hespanhoes, em mencionar a ferocidade de muitos d'elles. Sagunto, Numancia, a resistencia tenacissima das tribus occidentaes ás aguias romanas attestam essa verdade. A lucta dos Hespanhoes contra Roma foi uma lucta de seculos; nenhuma provincia foi tão difficilmente subjugada; conquistaram-n'a emfim mais as instituições do que as armas.

Tendo-se negado o vigor da raça hispanica, attestado aliás pelos factos, é indispensavel negar-se depois a assimilação latina. E comtudo como a historia a demonstra poderosamente! A immensa superioridade da civilisação romana, a habil politica dos vencedores do mundo produziram dentro em pouco tempo esse prodigio. Não foi Roma que sobrepoz as suas instituições ás velhas instituições hespanholas, foram as cidades conquistadas que ambicionaram, que pediram a legislação romana. Não foi Roma que decretou o uso da sua lingua official, da lingua litteraria, da lingua urbana; foram os povos subjugados que receberam das legiões italianas o

latim rustico, o latim vulgar, que modificaram com a introducção de muitos vocabulos dos seus idiomas. Porque as antigas individualidades nacionaes não desappareceram de todo; se assim tivesse succedido, se em toda a Europa néo-latina o idioma romano se tivesse estendido uniformemente, então, como muito bem diz um nosso erudito compatriota, as leis philologicas, actuando da mesma fórma sobre uma lingua identica, não podiam deixar de produzir o mesmo resultado, e teriamos realisada a utopia de Raynouard, e em vez das varias linguas romanas haveria um idioma unico, filho directo do latim.

A conquista germanica encontrou por tanto na Hespanha, não uma população aborigene, facil de amoldar, e lançada no quadro, todo exterior, da civilisação néo-latina, mas uma população hispano-romana, civilisada, fallando o seu latim provincial, e que pela superioridade da sua illustração absorveu os godos, impoz-lhes a sua lingua e o seu culto. Foi este o phenomeno que se deu em toda a Europa latina; se o não comprovassem os monumentos historicos, bastaria o estudo das linguas para o demonstrar. Os dialectos germanicos, da mesma fórma que os dialectos hispanicos ou gaulezes, podem introduzir algumas palavras no vocabulario dos novos idiomas, é porém do latim que elles se derivam, é á familia latina que elles ficam pertencendo.

Se isto é um facto incontestavel, como podemos acceitar o phenomeno inexplicavel de uma raça, que se substitue completamente a outra, que a faz como que desapparecer, que transmitte ás gerações futuras todos os seus caracteres ethnologicos, e que recebe comtudo o idioma d'essa raça vencida não só materialmente, mas moralmente tambem? Como podemos admittir este facto excepcional de um povo de raça germanica fallando uma lingua néo-latina? É por acaso na filiação das raças o elemento linguistico um elemento secundario, e podemos desprezal-o quando tentamos determinar a genealogia de um povo?

As tribus germanicas não eram tão respeitadoras da liberdade, e da independencia individual, como por muito tempo se affigurou aos pensadores que procuraram estudar os elementos constitutivos da sociedade européa na edade media. Os chefes de familia germanicos tinham effectivamente no seio da tribu uma independencia notavel, mas exerciam ao mesmo tempo um absoluto poder sobre os membros da fa-

milia que estavam sujeitos ao que se chamava *mundium* [1]. Além d'isso havia entre as povoações germanicas uma classe de verdadeiros servos, cuja posição não era tão abjecta como a dos escravos romanos, mas que nem por isso deixavam de ser servos. São estes os *lites* ou *lidos*, e são estes os que o illustre defensor da theoria do mosarabismo quer designar como constituindo o elemento principal da população da moderna Hespanha.

Seguimos comtudo perfeitamente a formação das diversas classes depois da invasão visigothica, e os lites lá nos apparecem constituindo o colonato livre [2]. Os invasores, apoderando-se das duas terças partes das terras, concederam uma porção d'ellas aos lites, que as poderam cultivar pagando o *canon*, exactamente como Tacito nos diz que succedia nas velhas florestas germanicas [3]. Mas esta pequena população desapparece na onda hispano-romana. Pois póde comprehender-se que um povo arraste comsigo, nas suas migrações guerreiras, numerosas hordas escravisadas? Não sabemos alem d'isso por inducções deduzidas dos trabalhos de Grimm, que antes do v seculo eram frequentissimas as emancipações dos servos germanicos, emancipações que se haviam de tornar mais frequentes no tempo da invasão?

Portanto nem o godo-lite podia ser bastante numeroso para se substituir á população hispano-romana, nem tinha elementos nacionaes tão fortemente caracterisados, que absorvesse no seio da sua raça as populações conquistadas. Pondo de parte quaesquer outras considerações, o facto de ter acceitado a lingua dos vencidos, em vez de impôr a sua, é decisivo para a resolução d'esse problema.

Quando veio a invasão arabe, e que a monarchia visigothica ficou anniquilada na batalha do Chryssus, a flor da nobreza germanica seguiu para os fraguedos das Asturias a bandeira de Pelayo, mas o povo acceitou o dominio dos novos conquistadores, logo que experimentou a sua tolerancia, logo que viu que, a troco de uma capitação, podia conservar o seu culto, a sua lingua, os seus costumes, e até em parte as suas instituições. Foi esta população que recebeu o nome de mosarabe. Compunha-se de *godos-lites?* Impossivel. O sentimento de fidelidade germanica devia incitar

[1] Fustel de Coulanges, *La Justice chez les anciens Germains.*
[2] A. Herculano, *Historia de Portugal*, t. III.
[3] *Apud* Geffroy *Les origines du germanisme.*

um grande numero d'elles a acompanharem os seus chefes, como os arrastára a seguirem-n'os na sua migração armada. A população hispano-romana essa é que de certo, indifferente á mudança de jugo, não largaria o solo que cultivava. Já comtudo se operára em grande parte a fusão entre conquistados e conquistadores, mas em todo o caso o fundo da população mosarabe devia ser hispano-romana.

Quando se constituiu a nacionalidade portugueza, é o sr. Herculano quem o demonstra, no paiz ao sul do Douro o elemento mosarabe constituiu a plebe, o elemento leonez a nobreza, pelo mesmo motivo porque, na invasão gothica, formaram os invasores a aristocracia, ao passo que os vencidos confundidos n'uma só classe pela conquista ficavam formando a plebe. São estes, para assim dizer, apenas os traços geraes da constituição da sociedade, e não podemos admittir que as duas raças mantivessem atravez dos seculos a sua divisão constante; mas, se a boa critica historica regeita hoje o pensamento de que o povo descenda exclusivamente dos vencidos, e a nobreza exclusivamente dos vencedores, muito menos fundamento póde ter ainda a opinião que faz do povo portuguez o descendente dos godos, que mantiveram intactas as tradições da sua antiga patria, e da aristocracia a descendente dos godos, que se deixaram subjugar e vencer pelo ascendente da civilisação romana.

Collocando-se n'este falso ponto de vista, os paradoxos historicos hão-de succeder-se forçosamente. Atravez da tempestade seguimos sempre o fio do municipio romano. Vemos nas cidades, onde se refugia a turba expulsa dos campos pelos barbaros, subsistirem as antigas magistraturas. Ao procurarmos no nosso paiz as fórmas municipaes, lá encontramos de novo a tradição romana. Apparecem-nos os duumviros transformados nos alvazís, o reitor ou prefeito no alcaide, nos almotacés os edís, e até a estatua de Sileno ou de Marsyas no pelourinho ou picota [1]. A lei romana, em vez de ser invocada como oppressora pela nobreza, é pelo contrario a garantia concedida aos municipios. Os orgulhosos concilios sacerdotaes procuram supprimil-a, e finalmente Receswinth consegue impôr a lei visigothica, promulgando o *Fuero-Juzgo*, e prohibindo que a lei romana seja invocada [2].

[1] A. Herculano *Historia de Portugal* t. IV.
[2] Ch. Romey *Histoire d'Espagne*, t. 3.º, cap. 18, sec. 3.ª

O que ha portanto de germanico na legislação e no symbolismo juridico de Portugal e Hespanha devemos attribil-o ao *Fuero-Juzgo*, e não ás tradições da população mosarabe. Se na liturgia conservam os mosarabes ritos que lembram a fórma democratica da primitiva Egreja, é porque a situação especial d'essas populações, sujeitas ao jugo musulmano, as eximiu ás transformações porque foi passando o resto da egreja européa.

Assim portanto a população mosarabe não é, nem póde ser uma raça especial de origem germanica, é a antiga população hispano-romana misturada com elementos gothicos, e arabes, e que vem constituir a vigorosa raça peninsular. Não ha em Portugal entre a população mosarabe e a população leoneza antagonismos de raça, ha apenas a distincção das classes. Se na classe popular algum elemento ethnologico predomina, é o elemento hispano-romano, se a alguma raça especial pertence a nobreza, é de certo á raça visigothica. Podiamos então dizer que se conserva no povo a tradição municipal da Hespanha romana, assim como a nobreza guarda a idéa do feudalismo, trazida do mundo barbaro. Mas o que é certo é que da fusão de todos esses povos, do embate d'essas nações resultou uma raça especial, a hispano-goda, uma das raças néo-latinas, que affirmou vigorosamente a sua existencia na arte, na litteratura, na constituição politica, na grande obra civilisadora do mundo moderno.

Essa raça hispano-goda constituiu-se na edade media em diversas nacionalidades; para um lado o condado da Catalunha e o Aragão, fundidos depois n'um só reino, para outro a Navarra, para outro Leão, e Castella, que depois se juntaram n'uma só nação, emfim no occidente da peninsula Portugal. Todas essas nacionalidades desappareceram para que se reconstruisse a unidade hespanhola; só Portugal manteve a sua altiva independencia; todas as linguas balbuciantes da peninsula cederam a primasia ao sonoro castelhano, e morreram ou ficaram subsistindo apenas como dialectos provinciaes; a lingua portugueza medrou, cresceu, opulentou-se e veio a constituir finalmente um dos seis ramos do tronco néo-latino. Qual foi o motivo principal d'este phenomeno politico? Estamos convencidos que bastante concorreu para elle o cruzamento da raça portugueza com as raças estrangeiras. O princi-

pio do cruzamento que se applica ás especies, e dá em resultado o seu aperfeiçoamento, applicando-se aos povos, não póde deixar de contribuir para os robustecer e dar-lhes mais vigorosas condições de vida.

II

Nas creações litterarias a raça portugueza acompanha a raça hispano-goda a que pertence, e é muitas vezes quem a dirige no movimento. Trava-se aqui, como em toda a Europa, a lucta entre as litteraturas originaes da edade média e o classicismo latino. A reacção classica não predominou em Portugal mais cedo, nem com mais força do que nos outros paizes. A lingua popular deriva-se do latim rustico, seguindo a lei geral das transformações phoneticas, e é no seculo XVI que um grupo de eruditos enriquece artificialmente o idioma com vocabulos derivados directamente do latim litterario. É um phenomeno, que em toda a parte se reproduz, e a exaggeração das reconstrucções eruditas dá largo assumpto ás satyras, tanto aqui como lá fóra. Rabelais moteja do estudante que chama a Paris «*l'alme, inclyte et célébre académie qu'on vocite Lutéce*»[1], como o criado de uma das nossas baixas comedias zomba do estudante seu amo, que alatina ridiculamente a sua linguagem.

Essas duas correntes existem em todos os idiomas, e não se póde dizer que a lingua portugueza fosse atrophiada pelas reconstrucções litterarias. *Chão, chorar* derivados, segundo as leis phoneticas, de *planus* e *plorare* subsistem ao lado das derivações litterarias *plano* e *deplorar*. *Boca, bello, casa, sabio* derivados logicamente do latim rustico *bucca, bellus, casa, sapius* vivem a par de *osculo, pulchro, domestico, sapiente* que provem do latim litterario *os, pulcher, domus* e *sapiens*.

Por mais que procuremos na nossa historia, não encontramos a atrophiação do genio nacional pela imitação da civilisação romana antes da epocha em que a erudição apaixonada impelliu todas as litteraturas por esse deploravel caminho, em que a centralisação, firmando-se no direito romano, estendeu por toda a Europa a sua rede de despotis-

[1] *Pantagruel*, cap. VI.

mo. Em Portugal, na edade media, o direito romano é o auxiliar poderoso dos reis e dos povos seus alliados na lucta contra o despotismo da nobresa e do clero. Longe de atacar as garantias dos foraes, o estudo do direito-romano coincide com a entrada dos concelhos na vida politica da monarchia. No tempo de D. Affonso III figuram pela primeira vez em côrtes os procuradores dos povos, no tempo de D. Diniz, seu filho, funda-se a universidade. Trava-se então a grande lucta; d'um lado o rei, os legistas e os municipios, do outro a nobreza e o clero. Graças ao direito romano, perdem os fidalgos a alta e baixa justiça, contra a qual protestam sempre as côrtes, entre outras as de 1371 e de 1375; o alcaide perde o poder que exercia nos municipios [1]. Em 1317 encontrâmos D. Diniz apoiando efficazmente os burguezes do Porto na sua lucta contra a tyrannia do bispo Fernando Ramires. A lucta prolonga-se até 1354, sendo sempre as pretenções dos bispos combatidas pelos soberanos, e termina por um accordo em que o municipio adquire o privilegio de eleger dez homens-bons, d'entre os quaes poderá o bispo escolher os dois alvasis [2].

A introducção do direito-romano, em vez de significar, na edade media, a preponderancia do despotismo religioso, alliado com o despotismo monarchico, significa pelo contrario a depressão da altivez e o castigo da immoralidade do clero. A instrucção, expedida por D. Affonso IV a 7 de dezembro de 1352, testemunha bem claramente que a alliança do throno e do altar, transportada para o seculo XIV, é um verdadeiro anachronismo. «Não se sabe o que nos deve espantar mais, diz Schœffer, se a circumstancia estranha que faz que o povo se apresente como accusador do clero em assembléas publicas, se a coragem de um pequeno principe d'esse tempo, que, sem esperar a vagarosa intervenção do papa, se encarrega do seu papel, e, na linguagem mais decidida, representa aos prelados os seus deveres».

E entretanto os municipios desenvolviam-se de um modo espantoso, cresciam, vigoravam, constituiam no seu seio essa energica milicia dos bésteiros do conto, e representavam emfim, n'uma das crises da nossa vida nacional, o grandioso papel de mantenedores da nossa independencia.

[1] Schœffer *Historia de Portugal*.
[2] Ibid.

Nas guerras contra D. João de Castella, vê-se perfeitamente symbolisada a lucta, que se trava no intimo da sociedade, no seculo XIV. De um lado os fidalgos portuguezes, que não se envergonham de seguir os pendões de Castella, o clero que milita ao seu lado; do outro D. João I —a realeza, João das Regras—o direito-romano, Nuno Alvares Pereira, nobre de nascimento, mas que abraça, por indole cavalheirosa, a causa popular, que commanda as tropas municipaes, e combate com ellas *pee terra*, na phrase de Fernão Lopes, como combatiam os *yeomen* das communas inglezas contra a cavallaria franceza em Crécy e Poitiers—Nuno Alvares Pereira, a quem o povo paga a sua dedicação nas lendas e nos cantos com que lhe enflorou a memoria.

E note-se que os municipios não são os humildes servidores dos monarchas; fallam alto á realesa, e nas côrtes não temem exprimir os seus aggravamentos contra o rei, como os exprimem contra os nobres e sacerdotes. Nas côrtes de Lisboa em 1372, os procuradores dos concelhos exigem «que o rei não faça guerra nem bata moeda, sem consentimento dos Estados; que vele porque as despezas da casa real sejam moderadas e determinadas de um modo fixo e permanente; que convoque as côrtes sempre de tres em tres annos, etc.» [1] Pouco tempo antes, em França, Etienne Marcel propunha nos Estados-Geraes de 1356: «Que os Estados fossem soberanos em materia de administração e fazenda; que não se concluissem tréguas sem o consentimento dos tres Estados, e que tivessem estes o direito de se reunirem sem convocação regia, etc.» [2] No seculo XIV, como se vê, a vida popular não era menos vigorosa em Portugal do que nos outros paizes da Europa; a *Ordenação Manuelina*, com os seus despoticos resultados, vinha ainda longe; havia de trazel-a esse mesmo seculo XVI que em toda a parte estabeleceu a centralisação; a reforma dos foraes portuguezes coincide com a derrota dos *comuneros* hespanhoes; são dois resultados do mesmo facto social.

A predominancia da lingua latina tambem não antecede entre nós a renascença erudita, que se manifesta na Europa, e que enlouquece verdadeiramente os sabios. Não é ver-

[1] Schœffer *Historia de Portugal.*
[2] Louis Jousserandot *La Civilisation moderne.*

dade que a historia do reino tivesse de ser entregue a latinistas estrangeiros. Matheus de Pisano, filho da celebre Christina de Pisano, que foi chamado a Portugal para ser mestre de Affonso V, escreveu apenas a chronica da conquista de Ceuta (*Gesta regis Joannis de bello septensi*), e Angelo Policiano nunca escreveu coisa alguma. E entretanto ás chronicas de Fernão Lopes seguiam-se as chronicas portuguezas de Azurara, a estas as de Ruy de Pina e Garcia de Resende. E note-se além d'isso que, se D. João II mostrou desejos de ter a sua chronica em latim, foi por ser esta lingua de uso universal, como elle mesmo o declara n'uma das suas cartas ao amigo de Lourenço de Medicis. Foi esse o motivo que levou muito tempo depois de Thou a escrever em latim a sua *Historia* tão impregnada no espirito moderno, Bacon o seu *Novum Organum*, que ia produzir uma revolução nos methodos scientificos.

Tambem não é licito commetter o anachronismo de confundir a época do rhetorico Jacintho Freire com o seculo XVI, em que brilhou uma pleiade de historiadores notaveis, que nada tem de commum com o amplificador biographo de D. João de Castro. Damião de Goes, Castanheda e Diogo de Couto, são verdadeiros historiadores que conhecem os homens e as coisas, e que não vivem no mundo tradicional da reverenciada Roma. Se algum se inclina mais a imitar Tito Livio, do que a narrar imparcialmente os successos, é o proprio João de Barros, a quem se attribue o escapar á influencia classica, por ter participado, como heroe, das acções que narra. Não me consta que João de Barros militasse nunca na India; parece-me que foi elle um dos que mais se preoccuparam com a influencia do grande historiador de Padua, e se soube, a despeito d'isso, conservar-se original, e adquirir uma reputação européa, deveu-o ao seu immenso talento e ao seu consciencioso estudo.

Censura-se ainda, e dá-se como uma prova de esterilidade nacional, o enlevo pelas traducções que se apodera de todos os espiritos em Portugal. Mas em que época succede similhante facto? Quando se traduz Cicero, quando se cita em côrtes Aristoteles? No seculo XV. Pois não sabem todos que é esse seculo o seculo da erudição pedante, em que as obras primas da antiguidade são procuradas com fervor inaudito, em que um traductor é quasi um sacerdote? Quem não sabe com que anciedade seguia

Florença o trabalho de Marcello Ficino, que traduzia Platão! Com que respeito a erudita côrte de Lourenço de Medicis contemplava a lampada do sabio, que velava até alta noite, empenhado na tarefa de interpretar os altos pensamentos do grande philosopho grego [1]!

No seculo XVI, o latim impera na nossa côrte, como em toda a parte; até as mulheres são latinistas, como em França, como na Hespanha. A infanta D. Maria assemelha-se á rainha Margarida de Navarra, que fallava em latim aos embaixadores slavos que vinham offerecer a corôa da Polonia a seu irmão Henrique d'Anjou. Reinava na Universidade a mania latinista, como em Roma, onde o cardeal Bembo pertencia á seita dos ciceronianos. E é comtudo n'este seculo XVI, que a nossa poesia nacional encontra no poema de Camões a sua expressão mais completa, é no seculo XVI que arrojamos á Europa uma das obras primas da moderna litteratura, um d'estes poemas que representam, não a inspiração artificial de um vate academico, mas as tradições e as aspirações da alma enthusiastica de um povo.

Temos depois incontestavelmente uma triste decadencia; em parte pesa sobre nós a pressão moral, que actua sobre todos os povos meridionaes da Europa, o despotismo religioso. A inquisição turva-nos os horisontes com o fumo dos autos de fé; a Companhia de Jesus apodera-se da instrucção, para atrophiar as intelligencias, e reprimir a natural expansão do espirito humano. Além d'isso perdemos a nacionalidade. Como não haviamos de vergar a tantas causas deprimentes? Temos uma litteratura, que se affirma brilhantemente, desprendendo-se das creações anonymas da edade media para consubstanciar os sentimentos populares, e as tradições nacionaes n'uma admiravel epopéa; que arranca o seu theatro das faixas hieraticas, para o fazer estudar a vida nas suas variadas manifestações, a sociedade nas suas multiplas fórmas; que transforma a historia fazendo a acompanhar os viajantes ás regiões longiquas, onde poderá encontrar, se proseguir desassombradamente n'esse caminho, a chave do grande segredo da vida da humanidade [2]; de su-

[1] Audin Vie de Léon X.

[2] São bastante ignorados os serviços prestados pelos portuguezes ás sciencias philologicas e geographicas etc., e já vimos escripto que as nossas viagens foram emprehendidas sem espirito scientifico. Para mostrarmos o contrario, basta dizermos por exemplo que o padre Goes atravessou toda

bito, essa nação desapparece da scena da historia, cáe nas mãos de um despota, que procura intencionalmente apagar todos os vestigios da existencia nacional, que lida por derrubar os foros que prometteu manter, tentando assim matar a nacionalidade portugueza, como decepára no cadafalso de Lanuza a nacionalidade do Aragão. Os seus escriptores abandonam em grande parte a lingua patria. Sentimos em todas as manifestações do pensamento o estrebuxar da nossa nacionalidade; os erros do oppressor, e a energia do nosso povo salvam-nos á beira do abysmo, reconstituem a nossa existencia; mas a litteratura, que fôra desviada do seu curso natural, não se recompõe facilmente. Muito tempo depois de termos proclamado a nossa independencia politica, proseguimos na escravisação litteraria. Além d'isso pesava sobre nós, como sobre a Europa toda, o ferreo e esterilisador despotismo das monarchias do seculo XVII.

Não ficámos comtudo estranhos, como se quer fazer suppor, ao movimento europeu. A revolução philosophica do seculo XVIII sentiu-se entre nós indirectamente. O marquez de Pombal, em nome do despotismo monarchico, emprehendeu em Portugal a demolição da velha sociedade, realisada em França pela zombaria de Voltaire, a impetuosa invectiva de Diderot, e a declamação philosophica de Rousseau. É notavel que ainda hoje no seculo XIX veja alguem o marquez de Pombal á mesma luz a que o viu Voltaire, illudido pela fórma rude das suas reconstrucções sociaes. Voltaire considerava o marquez de Pombal como um tyrannete da edade media; ha quem hoje o considere como o estadista que formulou em doutrina politica o despotismo intolerante dos seculos anteriores. O marquez de Pombal está todo impregnado na luz do seu tempo; julga talvez que tra-

a Tartaria Chineza, seguindo passo a passo o itinerario de Marco Polo, para reconhecer se a Cathay do viajante veneziano era effectivamente a China dos Portuguezes; depois do padre Goes foram recentemente os srs. Adolpho Schlagintweit e Valikhanof os unicos europeus que tornaram a emprehender a viagem. Veja-se D. Sinibaldo de Mas *L'Angleterre, la Chine, et l'Inde*, abbade Huc, *Le christianisme en Chine*, e Emile Jonveaux *Les Russes dans l'Asie Centrale*. João de Lucena mostrou conhecer a existencia do sanscripto e até a metrificação especial das vastas epopéas indianas. O padre Henrique Henriques compoz um diccionario e uma grammatica da lingua indostani, o padre Rodrigues escreveu uma grammatica japoneza, publicada n'este seculo por mr. Landresse; Garcia da Horta descreveu a flora indiana, e estudou o *cholera asiatico*; Fernão Mendes Pinto mostrou conhecer o theatro oriental, etc. etc.

balha para a realeza, quando é um dos seus demolidores. A tenacidade implacavel com que persegue os jesuitas torna-o, mais ou menos involuntariamente, o emancipador do pensamento portuguez. Methodo jesuitico derrubado pelo methodo de Verney, systema frivolo de estudos universitarios anniquilado pelos novos estatutos, a censura dos livros não abolida, mas secularisada; o index expurgatorio de 1624 rasgado pela sua mão; a instrucção primaria arrancada do nada; o theatro livre da infamia que sobre elle pesava, tudo isto póde ser resultado do odio contra os jesuitas, mas tudo isto é incontestavelmente regenerador da intelligencia. Ao mesmo tempo a inquisição perdia o prestigio, a côrte de Roma a influencia despotica, o monachismo encontrava restricções, a distincção entre christãos-novos e velhos era abolida no reino, como na India a distincção entre reinoes e indigenas. Em Portugal os escravos eram proclamados livres, como no Brazil os indios. A todos estes golpes repetidos a velha sociedade treme nos seus fundamentos; não é ainda a liberdade que surge d'entre as ruinas; mas as reformas sociaes são sempre feitas pela mão da liberdade? Foi liberal a Montanha da Convenção, que enviava ao cadafalso as minorias, mas que ao mesmo tempo demolia as instituições oppressoras da antiga França? Foi liberal o consul Bonaparte, que inscreveu comtudo no Codigo Civil, imitado por toda a Europa, os grandes principios da moderna sociedade democratica? Não nos suspendamos com as fórmas exteriores, e reconheçamos que o ministro d'el-rei D. José foi na nossa patria a primeira incarnação, despotica, dictatorial, inconsciente, mas energica do espirito revolucionario.

III

Não julgo que me affastasse muito do assumpto principal d'esta these, procurando demonstrar que Portugal não foi tão alheio ao movimento dos espiritos na Europa como se quer suppôr, e que os progressos da civilisação aqui se repercutiram tambem. Sendo a litteratura uma das principaes manifestações do espirito nacional, não é inutil demonstrarmos que o espirito portuguez não foi constantemente atrophiado por uma fatalidade especialissima, e que as evoluções do nosso pensamento foram determinadas pela mes-

ma lei que presidiu ao movimento dos espiritos no resto da Europa, ou pelo menos nas nações catholicas e néo-latinas, sugeitas ás mesmas influencias, que sobre nós actúavam.

Assim vemos que a nação portugueza na edade media collabora com as outras nações de raça hispano-goda na creação dos romanceiros; a vida nacional nos seculos XIV e XV attinge ao seu mais alto grau de intensidade, manifestando-se na politica pelo vigor com que mantem a sua independencia e os seus fóros municipaes, pelo enthusiasmo com que se arroja na senda aventurosa, inflammada por uma nobre curiosidade, para abrir á civilisação a estrada de mundos novos; na litteratura primeiro por uma recrudescencia na elaboração épica dos romanceiros, depois, no seculo XV, que é o seculo da prosa, pela formação dos admiraveis monumentos historicos de Fernão Lopes. No seculo XVI a nacionalidade portugueza, que a centralisação monarchica fez compacta e forte, separa-se completamente da Hespanha, affirma-se pela admiravel epopéa de Camões, pelo theatro de Gil Vicente, pelas suas magestosas chronicas, que rivalisam com a litteratura historica d'esse seculo em França tão louvada por Ampére [1].

Mas a centralisação trouxe comsigo o despotismo religioso e monarchico; logo depois perdeu-se a nacionalidade; a litteratura portugueza tornou-se não a collaboradora, mas a humilde escrava da litteratura hespanhola. O impulso regenerador do marquez de Pombal emancipou o pensamento portuguez da tutella aviltante dos jesuitas sem lhe restituir a liberdade; a litteratura reagiu contra a frivolidade, fazendo-se severa e casta, mas academica, como a pintura de David em França. Teve uma certa formosura exterior, devida á correcção das linhas, mas sem calor nem vida.

Procuremos agora seguir passo a passo este desenvolvimento da litteratura portugueza.

Os *Romanceiros* peninsulares são os mais bellos monumentos da poesia popular européa. Tem-se procurado saber qual a origem d'esses formosissimos romances, tão musicaes, tão cheios de enthusiasmo, e de ingenua poesia. Procuram alguns escriptores filiar a sua genealogia nos cantos dos antigos bardos iberos, outros attribuem a sua origem á poesia arabe, não á poesia requintada e subtil das

[1] *Mélanges de littérature et d'histoire littéraire*, t. 1.º

côrtes dos kalifas, mas á poesia popular, cuja existencia os srs. Gayangos e Vedia provam evidentemente, embora não acceitem a opinião que faz derivar d'esses cantos mouriscos os romances hespanhoes [1]. Todos concordam porém em que essa poesia tem um caracter essencialmente peninsular, e que reproduz com felicidade o espirito cavalheiresco e apaixonado da raça hispano-goda.

O illustre defensor da theoria do mosarabismo entende que elles se derivam das cantilenas gothicas, da mesma fórma que as epopéas da edade media em França se derivaram das antigas cantilenas frankas. Devemos dizer que estas canções narrativas, que eram, para assim dizermos, os annaes dos Germanos, como diz Tacito, muito semelhantes á historia, *pœnè historico ritu*, segundo a phrase de Jornandés, são peculiares da infancia de todos os povos. São as rhapsodias dos Gregos, são os cantos da primitiva Roma. Para acceitarmos a filiação, precisavamos de conhecer especimens das cantilenas gothicas, da mesma fórma que conhecemos as cantilenas frankas da batalha de Saucourt e de Santa-Eulalia. Não succede porém assim, e encontramo-nos de subito face a face com o romanceiro peninsular, tendo perfeitamente impresso o caracter do povo que o produziu.

Que os romances hespanhoes adoptassem a fórma da cantilena germanica, do mesmo modo que tomaram a metrificação da poesia arabe, segundo a verosimil opinião de Conde e de Ticknor [2], parece-me uma opinião justa; que são com tudo na sua essencia o producto do genio hespanhol, parece-me egualmente indubitavel.

Querer encontrar a confirmação da theoria da origem gothica dos romances na persistencia de superstições germanicas na tradição popular é procurar uma base muito fallivel, porque são raras as superstições dos povos modernos europeus, que não se possam authorisar com uma origem romana, celtica, ou germanica. É por acaso privativo dos povos germanicos o respeito pelas arvores em geral, e em especial pelos carvalhos? Não eram oraculares para os Romanos as carvalheiras de Dodona? não eram respeitados pelos Celtas os carvalhos onde crescia o musgo sagrado? e o povo, que mantem na Hespanha com rara persistencia as

[1] Notas á traducção da *Historia da litteratura hespanhola* de Ticknor.
[2] *Historia de la dominacion de los Arabes en España*, prologo; *Historia da litteratura hespanhola*, cap. 6.º

suas tradições anteriores á conquista romana e á invasão germanica, o povo que até conserva o seu idioma primitivo, o vasconso, não junta as suas assembléas politicas á sombra do carvalho de Guernica? Precisamos de procurar a origem do *lobis-homem* no Wargus germanico, quando os escriptores latinos nos transmittem a receita magica da transformação do homem em lobo, quando Virgilio diz na egloga VIII:

Has herbas....
Ipse dedit moeris....
Ille ego soepé lupum fieri et se condere sílvis?

Não nos conta Plinio a historia dos descendentes d'um Antœus, que tinham o privilegio de se transformarem em lobos, e de irem assim viver nove annos n'um deserto? E ao mesmo tempo é tambem celtica essa superstição. A palavra franceza *garou* vem, segundo a opinião do conde de Résie, do celtico *garw*, e esta opinião é confirmada pelo facto de se chamar, em lingua bretã, ao lobis-homem *garv-blaiz* [1].

Lendo-se a celebre postura da camara de Lisboa, que, para celebrar a victoria de Aljubarrota, prohibe uma infinidade de superstições, rara será a superstição que lá se veja apontada de que se não encontrem vestigios nos escriptores da antiguidade.

E as festas celebradas pelo nosso povo em certas épocas do anno, que motivo forte se póde adduzir para que se lhes attribua uma origem germanica? As *Maias* porque hãode ter origem na primavera odinica e não nos jogos floraes? As festas de S. João e do Natal, quer dizer, as festividades do solsticio do verão e do inverno, celebradas por todos os povos, porque hão de procurar tambem a sua origem especialmente nas tradições da antiga religião dos godos?

Quando se pensa na origem commum dos povos germanicos, celtas, e greco-latinos, não causa admiração que haja um certo parallelismo nas suas tradições religiosas, lembrança primitiva e commum dos povos aryos. Eram essas semelhanças que levavam Tacito a suppôr encontrar nos deuses germanicos os personagens do Pantheon romano, tomando Odin por Mercurio, Tyr por Marte, Thor por Hercules, e a deusa Freya por Isis [2]. Já se vê portanto que se

[1] *Histoire des sciences occultes.*
[2] Geffroy, *Origines du germanisme.*

arriscam a serem muito pouco scientificas as inducções tiradas vagamente das lendas populares.

As tradições germanicas, encontradas no symbolismo juridico portuguez e hespanhol, claramente se vê que não entraram n'elle senão pelo Codigo visigothico. Muitas formulas de direito aqui penetraram ainda posteriormente, vindas nos seculos XI e XII dos paizes d'alem dos Pyreneus. Tal é, por exemplo, segundo o testemunho do sr. Alexandre Herculano, a do duello judiciario, aliás uma das mais incontestaveis tradições germanicas, em que não falla o Codigo visigothico. Ora, sendo as outras provas do juizo de Deus taes como a prova do ferro em braza e da agua conhecidas de Gregos e Romanos, o duello é um costume privativo dos barbaros septentrionaes, que só as invasões germanicas nos podiam trazer. Pois exactamente essa innovação demonstra o nosso illustre historiador que nos veio de França, inscrevendo-se talvez primeiro nos foraes dos concelhos constituidos pelos cruzados, que, depois da tomada de Lisboa, receberam terras em Portugal, ou pelos colonos que D. Sancho I chamou ao reino.

Filhos espontaneos da imaginação popular, os romances formaram a riquissima litteratura medieval das populações peninsulares; não se constituiram com elles porém vastas epopéas, como a *Chanson de Roland* da França ou os *Niebelungen* allemães: teve apenas a Hespanha o seu antiquissimo *Poema do Cid*, talvez formado pela juxta-posição de romances anteriores. Em Portugal não succedeu o mesmo, e comtudo tivemos de certo cantos, em que a imaginação popular cingiu com a auréola da lenda os mais notaveis nomes da nossa historia. Essas tradições legendarias, atravez das quaes o sr. A. Herculano teve de passar com o seu alto criterio historico, para reconstruir os primordios da nossa existencia nacional, essas tradições não passariam dos romances para as chronicas, formando-se estas como Affonso o Sabio formou a 3.ª e 4.ª parte da sua *Chronica Geral?* A incrivel incuria dos nossos antepassados, que não organisaram um só romanceiro, privou-nos do auxilio d'esses documentos importantissimos para a nossa historia politica e litteraria. Mas os romances antigos tinham quasi sempre versão portugueza, e versão castelhana, e os nossos visinhos, mais cuidadosos do que nós, começaram nos seculos XVI e XVII a colleccionar copiosos romanceiros. Entre esses

figura um importantissimo, que se intitula *Sexta parte de Flor de romances nuevos, recopilados de muchos autores por Pedro de Flores, librero*, impresso em Toledo em 1594.

Não consta essa collecção de romances artisticos, como se compunham muitos em Hespanha no seculo XVI e XVII, mas de romances colhidos da tradição popular, como se prova pelo prologo em verso, em que o editor se defende da accusação que suppõe lhe fazem perante o tribunal de Apollo os cantores das ruas, por haver impresso e collecionado os romances que elles cantavam. Ora n'esse prologo tambem, Pedro de Flores, enumerando os romances, que publica e os vultos historicos a que se referem, diz:

Puse al conde Alfonso Enriquez
Primer rey de Lusitanos,
Tambien a Fernan Gonzalez,
Rasura, y Arias Gonzalo.

Não temos presente o *Romanceiro* a que nos referimos, e fundamo-nos, para a citação que fazemos, na authoridade de Ticknor [1]; mas, se as conjecturas do sabio americano são exactas, se os romances de Pedro de Flores são effectivamente colhidos na tradição popular, temos quasi a certeza moral de que os cantos em louvor de Affonso Henriques são de origem portugueza.

Nos *Romanceiros* figura um grande numero de romances, que se originam evidentemente das tradições cavalheirescas do norte da França. Muitos d'elles parecem ter brotado primeiramente em Portugal; sente-se ás vezes na versão portugueza mais do que na versão hespanhola o pico da malicia dos *trouvéres* e jograes da edade media. Demais a vivacidade portugueza contrastava n'essa época com a gravidade castelhana. Fernão Lopes conserva-nos alguns traços caracteristicos da malicia do povo, forte com as suas garantias municipaes.

No tempo de D. Fernando os rapazes de Lisboa, cançados de verem o *fraco rei*, em vez de ir combater na fronteira com os seus homens d'armas, não fazer senão passeiar entre Santarem e Lisboa, cantavam pelas ruas este motejo:

Exvollo vai, exvollo vem
De Lisboa para Santarem. [2]

[1] *Historia da litteratura hespanhola*, Appendice B.
[2] Fernão Lopes, *Chronica de D. Fernando.*

Antes da batalha de Aljubarrota os alegres soldados de D. João I parodiavam as palavras latinas proferidas pelo guerreiro arcebispo de Braga D. Lourenço. *Et verbum caro factum est*, dizia o sacerdote, e os soldados traduziam rindo: *Que verdade, verdade é muito caro este feito, mas, se Deus quizer, ha de sair de bom mercado* [1].

Que o costume dos jograes á moda da França do norte e de Inglaterra se espalhou muito em Portugal, vêmol o tambem por um outro documento de Fernão Lopes. O eminente chronista, narrando a resolução da camara de Lisboa, que em 1386 mandou uma força de duzentas e dez lanças em soccorro de Chaves, diz que «por todos foi accordado... que levasse dois trombetas, e tres alveitares, e dois ferradores, e dois selleiros, e dois correeiros, e *um jogral.*» Estamos vendo n'este jogral, que acompanha as tropas expedicionarias, um reflexo d'aquelle *Taillefer ki moult bien chantoit* da tradição normanda.

Estende-se por toda a edade media a elaboração dos romanceiros, mas quando veiu o seculo XV, o seculo da poesia erudita e cortezã, a inspiração popular começou a ser desprezada; os romances, que se salvaram nos cancioneiros consagrados exclusivamente á poesia da côrte, foram aquelles, que os poetas fidalgos tomaram para assumpto das suas glosas. Assim o formoso romance do *Conde Claros*, se foi conservado n'um cancioneiro, deve-o unicamente á imitação culta do poeta portuguez Lopo de Sousa, cujas composições figuram tanto no *Cancioneiro de Baena*, como no de Garcia de Rezende.

Houve porém no seculo XVI poetas que se enamoraram da musa popular, e cultivaram com amor e carinho, não em pesadas glosas e imitações semsabores, mas em romances filhos do enthusiasmo da sua alma, e perfeitamente moldados nas fórmas tradicionaes, esse genero essencialmente peninsular. Quem não conhece os lindissimos romances semeados por Gil Vicente nos seus autos e nas suas tragi-comedias? os formosos romances tomados de assumptos das novellas cavalheirescas, e compostos por Jorge Ferreira de Vasconcellos, o author do *Memorial dos cavalleiros da Tavola Redonda?* os romances suavissimos, escriptos por Bernardim Ribeiro, e todos impregnados n'essa melancholia tão

[1] Fernão Lopes, *Chronica de D. João I.*

peculiar do nosso lyrismo, como do lyrismo de todos os povos maritimos, melancholia que tambem suspira na nossa musica nacional, em cujas melodias como que se escuta o brando gemer das ondas no costado do navio, e se respira a tristeza immensa do Oceano?

Um viajante francez, ouvindo as nossas trovas nacionaes, notava a semelhança da sua inspiração com a da musica de Félicien David [1]; e não foi este compositor o que, nas suas admiraveis symphonias do *Deserto* e *Christovão Colombo*, melhor soube exprimir a tristeza que inspiram as vastas solidões dos areiaes ou das aguas?

Dava-se em Hespanha um phenomeno semelhante, porém mais artificial que entre nós. Gil Vicente e Bernardim Ribeiro aproveitavam a fórma do romance popular para exprimirem a sua inspiração espontanea. Em Hespanha os romances mouriscos, sendo aliaz muito graciosos, e formando uma litteratura especial e encantadora, são perfeitamente entretenimentos artisticos.

Assim os romances populares manifestam o vigor da nossa existencia nacional na edade media. Se estão sumidos nos romanceiros hespanhoes, isso não prova senão que, sendo a raça a mesma, são parallelas em toda a peninsula as creações poeticas dos diversos povos, em que se divide a familia hispano-goda. Encontram-se versões do mesmo romance não só em portuguez e castelhano, mas em aragonez tambem. A inspiração popular circula atravez de toda a peninsula, transpondo as fronteiras das diversas nacionalidades.

Nas nossas provincias montanhezas conserva-se ainda hoje na tradição oral uma grande parte do velho romanceiro, como succede sempre nos paizes de serras, onde se mantem mais pura a antiga linguagem, mais immaculada a usança antiga. Que se aproveite esse facto incontestavel para se reforçar a doutrina do mosarabismo é o que não se póde admittir, como vou mostrar por um exemplo.

Vejo que se escolhe um trecho de Gil Vicente para se provar que se conservava na Beira a tradição do rito mosarabe. É um excerpto d'uma das suas farças em que Gil Vicente falla nas *matinas da Beira*, que são uma miscellanea de latim e de portuguez:

[1] Olivier Merson.

Domine labia mea
Tu priol a pé irás
. . . . . .
Venite, exultemus,
Que cães e furão que temos
Para tempo de mister!

São os *hymnos farsis* do rito mosarabe, diz-se. São hymnos e sermões da Egreja Christã na meia edade, digo eu; são as *farcies* conhecidas em França ainda no seculo xv e xvi [1]. O proprio Gil Vicente no seu sermão em verso, pelo nascimento do infante D. Luiz, emprega a mesma miscellanea de latim e hespanhol:

In mulieribus omnium beata
Benedictus fructus *del verbo divino,*
Ventris tui, Domina, *de tanto bien dino*
Jesus, Maria y sed tu nuestra avocata

O que é isto senão a *farcie* que se encontra no sermonario francez de toda a meia edade, que se explica pelo pedantismo dos padres, que, sem renunciarem ao latim, como diz M. Lecoy de la Marche, queriam comtudo ser comprehendidos pela multidão? [2] Emquanto ao breviario de Braga, a que Gil Vicente allude tambem na farça de *Ignez Pereira*, quando Leonor Vaz vem narrar que um clerigo a perseguiu, confesso que não sabia que fosse mosarabe, e, se o era effectivamente, custa-me a conciliar este facto com o resto da theoria [3]. Tinhamos então o mosarabismo florescente ao norte do Douro? Era Braga um dos seus principaes focos, Braga reconquistada tão cedo sobre os moiros, por D. Affonso I, neto de Pelayo? Os factos revoltam-se sempre contra as phantasticas theorias, que não podem senão basear-se em vagas conjecturas.

[1] Aubry-Vitet *Les sermonnaires français au moyen-âge.*
[2] *La chaire française au moyen âge.*
[3] A respeito do breviario de Braga, encontro os seguintes esclarecimentos, dados de passagem n'um opusculo do nosso grande historiador, o sr. Alexandre Herculano: «Em Braga... devem estar bem vivas as memorias do veneravel Caetano Brandão, do illustre prelado que pretendia reformar o *breviario e missal bracharenses por causa das suas intoleraveis patranhas e falsidades* (phrase do grande arcebispo)». *Eu e o clero*, pag. 5. Quer-me parecer que o mosarabismo d'este breviario não brilharia pelo espirito de independencia religiosa.

IV

Desde o principio da monarchia houvera em Portugal uma poesia essencialmente cortezã, não nascida no seu territorio, mas trazida do estrangeiro, e implantada no nosso solo pelos trovadores da França meridional.

Essa graciosa poesia, que nascera entre os laranjaes da Provença, á beira do Mediterraneo, requintada, subtil, galanteadora, mas ao mesmo tempo audaciosa e satyrica, era a primeira expressão do pensamento moderno, que procurava secularisar-se, que tentava sair do claustro, e espanejar-se ao sol da liberdade e do amor. É notavel que a poesia provençal brota depois d'esse fatal anno 1000, designado pela Egreja como o ultimo anno da vida do nosso globo. O seculo x fôra um dos seculos mais luctuosos da humanidade; pesava sobre toda a Europa a immensa tristeza que as prophecias sacerdotaes espalhavam, uma guerra sem treguas dilacerava as populações; é então que brota a poesia provençal, ligada com todos os grandes factos sociaes, que preparam a vida moderna, as cruzadas, a cavallaria, a independencia municipal, e as tentativas da emancipação do pensamento contra a Egreja oppressora.

A poesia provençal irradiou para todos os lados na expansão da sua ephemera existencia, penetrou na Hespanha Oriental pelo casamento de Raymundo Berenguer, conde de Barcelona, com a herdeira da Provença, e penetrou na Hespanha Occidental, onde dois principes da casa de Borgonha, Henrique e Raymundo, governavam os condados de Portugal e de Galliza.

Em tres épocas principalmente deviam ter vindo a Portugal trovadores das provincias meridionaes da França; no tempo das primeiras cruzadas, quando governava em Portugal um principe de Borgonha, no tempo de Affonso II, quando a impia guerra dos Albigenses quasi anniquilou a poesia provençal, dispersando os trovadores que tinham sido dos mais energicos adversarios da cruzada pontificia, e no tempo de Affonso III, quando este principe, que residira tanto tempo em França, chamára Aymeric d'Ebrard, trovador de Cahors, para ser mestre de seu filho. Portugal conservara sempre relações seguidas com a França; os prin-

cipes portuguezes, quando tinham algumas discordias com os soberanos, á côrte franceza iam offerecer os seus serviços. Não é verosimil que, depois da cruzada dos Albigenses, os trovadores provençaes, procurando em toda a parte um refugio, se abrigassem no Aragão, cujo soberano tomára as armas em seu favor, e que tambem alguns viessem á côrte portugueza, cujos reis tão energicamente luctavam com os papas, onde Innocencio III encontrára a resistencia tenacissima de D. Sancho I, onde D. Affonso II se não deixava assoberbar pela audacia dos filhos de S. Domingos de Gusmão, e reprimia severamente as ousadias de Soeiro Gomes, o orgulhoso prior dominicano?

Attribuir á Galliza uma influencia preponderante na poesia provençal portugueza, é realmente, parece-me, querer á viva força, e contra toda a verosimilhança, tirar a Portugal qualquer iniciativa litteraria. A poesia provençal, poesia de côrte, não ia procurar de certo uma provincia sem independencia, quando tinha bem proximo um paiz constituido, uma côrte cujos soberanos descendiam dos principes francezes. O dialecto gallego confundia-se quasi com o portuguez, bastantes trovadores gallegos figuram nos cancioneiros, como muitos fidalgos d'essa provincia figuravam na côrte portugueza, mas o foco da cultura litteraria estava incontestavelmente em Portugal. A unica prova, que se adduz para se demonstrar o contrario, é a existencia de galleguismos na lingua portugueza, que se attribuem á influencia litteraria da poesia provençal galleziana. Cita-se por exemplo no cancioneiro de Ajuda o verso:

Cá *dix-eu* cá morria por alguem.

e ainda no cancioneiro de D. Diniz:

Tanto cuita m'é, e *tarix* mal amor *traxi*

Galleguismos d'esse genero encontramol-os em documentos onde de certo se não podem attribuir a influencia litteraria, no principio do seculo XV, como é o titulo das herdades do Raval, existente no archivo da camara municipal de Coimbra:

« E *trageas* hora vicente domynguez... per scrytura que lhe foy feita per guomez martinz, veedor que foy del Rey dom fernando. E *dixe* que perdera a dita scriptura...» [1]

[1] *Indice chronologico dos pergaminhos e foraes existentes no archivo da camara municipal de Coimbra*, p. 1.ª, pag. 42.

A pronuncia de algumas das nossas provincias do norte tem ainda muita similhança em alguns sons com a pronuncia gallega, resultado da intima connexão do dialecto portuguez do norte e o dialecto gallego, como um e outro tambem tiveram caracteristicos similhantes, que egualmente perderam. Assim no dialecto de Entre-Douro e Minho e no dialecto gallego predomina, no seculo XIII, o *u* no final dos nomes, como um nosso erudito compatriota provou pela confrontação de documentos coevos, e ambos os dialectos o vem a perder.

No tempo de el-rei D. Diniz ha na côrte portugueza uma verdadeira renascença provençal; antes de desapparecer para sempre da historia, o alegre rouxinol da Provença vinha soltar, á beira do Oceano, os seus ultimos gorgeios mais suaves, afinando-os pela doce melancholia do occidente.

Na poesia provençal portugueza penetra n'essa época a influencia da poesia dos *trouvéres* da França septemtrional. Não podia deixar de ser, não tanto porque D. Affonso III residira n'esses paizes, o que é ainda assim uma circumstancia não despicienda, como porque o seculo XIV é o seculo da expansão da litteratura franceza da edade media; as suas *chansons de geste*, os seus romances de cavallaria, os seus *fabliaux* compostos nos seculos anteriores, espalham-se por toda a Europa, em toda a parte são acolhidos com enthusiasmo. A lingua dos contos e dos romances é denominada *francigena loquela*. Já Brunetto Latini, o mestre de Dante, escolhera o francez para escrever os seus livros; a poesia franceza inspirava os poetas hespanhoes, e era profundamente conhecida em Portugal. Tinhamos relações intimas com a Inglaterra, onde a dynastia e a aristocracia normanda haviam implantado a lingua e a litteratura da França do norte. Não foi o casamento de D. João I com D. Philippa de Lencastre, que estabeleceu relações entre os dois paizes: foram pelo contrario essas intimas relações que motivaram a alliança matrimonial. Vemos pelo contracto dos negociantes portuguezes com algumas cidades maritimas inglezas em 1293, pelo tratado de commercio de 1308, pelo accordo de 1353 e pelos tratados d'abril de 1372, novembro de 1372, junho de 1373, julho de 1380, a intimidade que havia entre os dois paizes [1].

[1] Schœffer, *Historia de Portugal.*

A vinda de Du Guesclin á peninsula não pôde exercer influencia alguma em Portugal, onde o celebre condestavel só fez uma incursão guerreira, cercando algumas cidades do norte; influencia exerceram-n'a sim as duas demoradas expedições do conde de Cambridge e do duque de Lancaster.

O resultado d'essas relações com a França e com a Inglaterra, revelou-se em breve no affrouxamento da poesia provençal, que se começou a deixar penetrar pela indole narrativa da poesia dos *trouvères;* na creação do *Amadis de Gaula*, reflexo de algum romance do cyclo da Tavola-Redonda, e finalmente na popularidade que adquire o *fabliau*, que dá a sua malicia aos romances populares, que em Hespanha é imitado directamente pelo arcypreste de Hyta [1]. A indole narrativa, que a poesia portugueza por um momento adquire, sente-se no fragmento que principia:

O Rousso da Cava emprio de tal sanha

que é evidentemente do seculo XIV. A fórma de metrificação d'esse fragmento apparece pela primeira vez na Hespanha n'esse seculo, e obtem immediatamente uma grande popularidade. Isto não nos permitte que transportemos para as primeiras eras da monarchia esse isolado fragmento [2].

Uma passagem de Fernão Lopes mostra quanto eram conhecidos em Portugal os *fabliaux* francezes. Conta elle que em 1383 o conde D. João Affonso, irmão da rainha D. Leonor Telles, fallando em Alemquer a uns enviados de Lisboa, lhes dissera: «Fostes como a rapoza que estava ao pé da arvore, e ameaçava com o rabo o corvo, que estava em cima com o queijo no bico por lh'o haver de deixar» [3].

Data incontestavelmente do seculo XIV o *Amadis de Gaula*, mas parece-me tambem que a asserção de Gomes Eanes

[1] Segundo Ticknor, as fabulas do arcypreste são tiradas em grande parte da collecção das fabulas de Isopet, que circulavam em França no seculo XIII.

[2] Em 1869, acceitando a opinião de Costa e Silva, que suppõe o fragmento posterior a D. Diniz, fazia eu notar que *La Danza de la muerte*, um dos primeiros poemas castelhanos escriptos n'essa metrificação, é dos fins do seculo XIV, e que o fragmento portuguez não póde ser muito anterior.

[3] Em 1868 citando eu este trecho de Fernão Lopes, accrescentava: «Que o conde de Barcellos conhecesse os *fabliaux* francezes, não deve admirar-nos, porque até ao seculo XV, a litteratura franceza foi a dominante na Europa, etc.

de Azurara, que faz viver o seu autor no tempo d'el-rei D. Fernando, se acha bastante contradictada por outros factos conhecidos. O infante D. Affonso, á cujo pedido se mudou um episodio, não póde ser senão o filho primogenito d'el-rei D. Diniz, pois que no seculo XIV não se encontra outro infante D. Affonso, nem posso suspeitar qual seja o principe portuguez d'esse nome, que Gayangos e Vedia fazem nascer em 1370 [1]. Mas estes distinctos escriptores mostram irrefutavelmente que Pero Ferus, escriptor mais antigo que Villassandino, já cita o *Amadis*. Ora Villassandino nasceu em 1340.

O cyclo dos Amadizes de Gaula é o ultimo dos cyclos de romances de cavallaria, não fallando no dos Palmeirins, como tambem o Portugal dos seculos XIV e XV é o ultimo dos povos cavalheirescos. Ha nas nossas navegações um elemento cavalheiresco, que eu vejo agora contestado, imaginando-se duas correntes, uma da burguezia que navega e commerceia, outra da nobresa que procura na Europa ensejo para praticar façanhas quichotescas. Não é assim; o ardor aventuroso da fidalguia portugueza foi aproveitado pelo infante D. Henrique para a incitar aos descobrimentos. São os fidalgos da sua casa que guiam as caravellas pelas solidões dos mares, são os cavalleiros de Christo que hasteiam na pôpa dos navios o estandarte da sua ordem. Os navegadores portuguezes procuram o Prestes João, como os cavalleiros dos romances procuravam o Santo Graal; Soeiro da Costa, um d'esses portuguezes que tinham percorrido, como cavalleiros andantes, a França e a Borgonha, lá vae, já velho, n'uma das expedições maritimas [2]. A burguezia segue, é certo, a nobreza, forma-se em Lagos uma companhia de pescarias para explorar os mares sulcados pelos atrevidos navegadores, Fernão Gomes toma de renda o resgate de Guiné; mas o espirito cavalheiresco foi o que impelliu os nobres de D. João I, dos campos de batalha da Europa á conquista de Ceuta, da conquista de Ceuta á investigação das terras desconhecidas. Mais de uma vez, desembarcando, depois de trabalhosa viagem, em praias africanas, até ahi nunca pisadas por europeus, algum dos audaciosos navegantes pedia que o armassem cavalleiro, e a to-

[1] Notas á *Hist. da lit. hesp.* de Ticknor.
[2] Azurara, *Chronica do descobrimento de Guiné.*

cante ceremonia celebrava-se a centenas de leguas da patria, sobre um solo virgem, em presença das vagas onde se baloiçava a ousada caravella.

Mas vinha a edade de prosa, e não podiam já formar-se os cyclos cavalheirescos. A cavallaria agonisava; matava-a em Portugal o *Regimento de Guerra* das *Ordenações Affonsinas* [1]; e nos campos de Alfarrobeira, abraçado ao grande vulto que inconscientemente a extinguira, o infante D. Pedro, expirava tambem D. Alvaro Vaz d'Almada, o ultimo cavalleiro portuguez.

V

A edade media vae terminar; o poema cavalheiresco perde a sua originalidade e transforma-se no poema allegorico, de que é o *Roman de la Rose* a mais completa expressão; a eschola dos trovadores provençaes degenera nos frios cancioneiros palacianos.

O poema apocalyptico do Dante é imitado na Hespanha em pallidas allegorias, a poesia delicada de Petrarcha dá origem a alambicadas subtilesas. A nova poesia penetra tambem em Portugal. A eschola de Juan de Mena tem entre nós um grande numero de sectarios. Ponhâmos de parte essa poesia artificial, que se agrupa em torno dos reis, que desconhece a nacionalidade portugueza, cujos cultores metrificam em castelhano, e figuram no cancioneiro de Baena, como muitos poetas hespanhoes no cancioneiro de Rezende. Contemplando o caminho que segue a poesia da côrte, parece que vae realisar-se a unidade hispanica, em torno de Castella. A creação litteraria não é parallela á da Hespanha, como succede na elaboração dos romanceiros; converge para a litteratura hespanhola. A nossa fidalguia erudita não recebe da Europa o ideal que predomina nos espiritos, não o adopta, e não lhe imprime o seu cunho, como fez no seculo XIII á poesia provençal, no seculo XIV á poesia cavalheiresca; recebe-o já com a fórma castelhana. A nossa nacionalidade está comtudo robustissima, e com effeito nas chronicas a vamos encontrar em todo o seu esplendor.

Fernão Lopes é um vulto verdadeiramente grandioso;

[1] Idéa que em 1868 desenvolvi na *Hist. de Portugal* etc., t. 2.º

não só historiador, mas poeta, e poeta em cujo seio palpita a alma de um povo. Ayala é o chronista politico; julga friamente os acontecimentos, e friamente os narra; Froissart é o chronista aristocratico, só vê os esplendores da nobreza, as justas e os torneios; Fernão Lopes é o chronista popular, vivaz, e apaixonado. Ayala conta com uma impassivel frieza a morte de Pedro o Cruel, tão friamente como contara já o assassinio de seu irmão D. Fradique; Fernão Lopes, ao narrar o assassinio de Maria Telles, banha de lagrimas o corpo ensanguentado da victima.

Depois de descrever com um raro instincto dramatico a dolorosa scena, brada trahindo a commoção que o agita: «Ó piedade do mui alto Deus, se então fôra tua mercê de embotares aquelle cruel cutello, que não damnára o seu alvo corpo, innocente de tão torpe culpa.» [1]

Debaixo do seu maravilhoso pincel as scenas animam-se, desdobram-se as paizagens, accentuam-se as physionomias, a historia toma vida dramatica. Está Lisboa cercada. Nuno Alvares vem do Alemtejo, e, para dar noticia da sua vinda ao mestre de Aviz, accende em Palmella uns fachos, que brilham de subito, no meio da escuridão da noite, como a boa nova que annunciam no meio da tristeza em que está immersa a cidade:

«O mestre, quando viu aquellas almenaras de fogo em Palmella, bem entendeu que era Nuno Alvares que alli estava com a sua gente, e houve mui grande prazer, elle e todos aquelles que o viam, e mandou accender muitas tochas no grande eirado dos paços d'el-rei, onde então pousava para os verem de Palmella, e elle dar a entender que via as suas luminarias, a que elle respondia com aquelles lumes, já que outra falla haver não podiam. Assim esteve o mestre em um bom espaço, fallando com os seus nos feitos de Nuno Alvares, com aquelle doce arrazoar, e louvores taes, que este leal servidor merecia de se lhe dizer.» [2]

As batalhas, as fomes, as revoltas da praça publica, as intrigas dos paços, as discussões das côrtes, tudo encontra em Fernão Lopes o mais dramatico pintor. As suas figuras vivem, agitam-se na tela; transportem-n'as para a scena, são personagens de Shakespeare. A intelligente physionomia de

[1] *Chronica de D. Fernando.*
[2] *Chronica de D. João I.*

D. João I, o condestavel irascivel, cheio de preconceitos de casta, mas de uma bondade immensa, de uma lealdade e de um patriotismo inquebrantaveis, o grave e astucioso João das Regras, o orgulhoso e amargo Martim Vasques da Cunha, e sobre tudo a figura de Leonor Telles, palpitante de tragica realidade, mostram como Fernão Lopes possue as faculdades creadoras que ao escriptor dramatico servem para criar personagens cheios de verdade humana, ao historiador para reconstruir um mundo sumido nas ruinas do passado.

Joinville tem ás vezes uns certos pontos de contacto com Fernão Lopes; descreve com tanta fidelidade as suas impressões que a sua amavel e ingenua figura, e a bondosa physionomia de Luiz IX ficaram impressas na memoria dos homens; mas Joinville reproduz as suas impressões, pinta admiravelmente os dois interlocutores, elle e o rei, nas suas scenas familiares. Fernão Lopes evoca e anima um mundo de personagens.

Comprehende, como ninguem, a vida municipal, e applaude a sua energia. Com que enthusiasmo falla n'esses audaciosos populares, que sem armas, e *ventres ao sol*, segundo a sua frase rudemente pittoresca, não duvidam atacar os castellos defendidos pela nobreza! Froissart, quando narra o heroismo dos burguezes de Calais, não tem uma só palavra que revele admiração, chama todo o interesse dos leitores para a scena entre o rei de Inglaterra Eduardo III, e sua mulher Philippa do Hainaut. M. Villemain, que é um bom juiz, nota esta particularidade, e, transcrevendo o trecho que é um dos mais celebres das *Chronicas* de Froissart, observa que o chronista não parece haver-se enternecido muito com o heroismo de Eustachio de Saint-Pierre e os seus cinco companheiros [1].

É que Fernão Lopes tem a alma essencialmente democratica; nas suas chronicas vive a edade media portugueza com a altiva independencia dos seus municipios, com a sua realeza popular, com o seu espirito cavalheiresco e emprehendedor. O grande chronista morre quando D. João II está para subir ao throno. A liberdade municipal expira tambem, depois de ter uma ultima vez auxiliado a realeza, que a sacrifica a essas idéas de despotica centralisação que giram no ar do seculo, que impellem a Europa para mais uma das

[1] *Cours de littérature française au moyen-âge*, t. 2.º

grandes provações com que os povos expiam cada conquista do progresso.

VI

No seculo XVI, Portugal sente, como todos os outros paizes da Europa, a febre da erudição. Todos adoram Grecia e Roma, e a Italia, a sua interprete legitima. As litteraturas procuram na antiguidade o seu ideal, e tentam reconstruil-o. Quer-se reproduzir a tragedia antiga, a comedia terenciana, a epopéa de Virgilio, e a ode de Horacio. Procuram-se no latim litterario as cartas de nobreza das linguas, e torcem-se os idiomas, e enchem-se de vocabulos romanos, como quem fabrica uma genealogia para provar um parentesco illustre. Assim como todas as linguas affirmam que descendem do latim de Virgilio, assim todos os povos desejam ter por ascendentes os heroes da *Eneida* ou da *Iliada*. Lisboa quer que fosse Ulysses o seu fundador, Portugal descende de Lusus companheiro de Baccho, a França de Francus filho de Heitor, a Inglaterra jura que tambem está apparentada com o velho Priamo. Portugal acompanha os outros paizes n'este enthusiasmo de imitação. A eschola italiana proclama o respeito da antiguidade, e a remodelação das letras pelos exemplares hellenicos. Os ultimos echos da antiga poesia provençal expiram com Bernardim Ribeiro e Christovam Falcão, já tambem um pouco romanisada, porque acceitam para o seu bucolismo, que era aliaz tradicional na eschola dos trovadores, o corte da egloga antiga.

Os romances de cavallaria, depois de terem passado do cyclo dos Amadizes para o cyclo dos Palmeirins, encaminham-se para a pastoral, passando pelo *Carcel de Amor* de Diogo de S. Pedro, a *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro, até chegarem á *Diana* de Jorge de Montemór, que dá tambem origem a um cyclo, e funda na Europa um genero novo. Iniciou-o um compatriota nosso, e, como do *Amadis* para o *Palmeirim*, d'este para a *Menina e Moça*, d'este para a *Diana* o amor vae occupando um espaço cada vez maior, e tornando-se cada vez mais requintado e subtil, parece que foi esse o motivo porque adquirimos na Peninsula uma reputação de finos amantes, que a cada instante se revela, como por exemplo no *No son todos ruisenores* de Calderon, em que se ouve um cantar portuguez todo amoroso e plangente,

ou na *Vanda y la flor*, em que Celia diz para o namorado, que lhe rende os maiores comprimentos, e lhe jura amor eterno: Nunca

En toda mi vida, he visto
Florentin *más portuguez*.

Entre este grupo d'escriptores, destacam-se comtudo vigorosamente, em primeiro logar os chronistas e os viajantes, em cujas paginas se gravam as narrações dos feitos heroicos dos Portuguezes, e dos grandes serviços prestados por este pequeno paiz á civilisação europea; em segundo logar Gil Vicente e Camões.

Estes dois escriptores são as mais poderosas affirmações da nossa vitalidade nacional. Um povo, onde, em presença da reacção classica, um homem arranca do theatro hieratico os fundamentos, perfeitamente caracterisados, do theatro moderno, do theatro humano, como Shakespeare e Molière o hão de comprehender depois, onde outro escriptor sente no meio de uma litteratura, toda convencional e artistica, uma inspiração bastante vigorosa para escrever a unica epopéa moderna, a unica onde se respira o sopro vigoroso das epopéas primitivas, das epopéas nacionaes, d'aquellas que são consideradas como a creação anonyma das nações no seu periodo heroico, um povo que apparece no limiar do mundo moderno. trazendo nas mãos o poema de Camões, o theatro de Gil Vicente, e mostrando ao mesmo tempo o Oriente aberto á civilisação e ao estudo da Europa, esse povo não póde ser accusado de não haver contribuido poderosamente para o grande peculio do espirito humano, nem se póde dizer que foi o que mais sacrificou á reacção latinista o espirito nacional da sua litteratura.

O theatro em Portugal seguira os mesmos tramites que no resto de Hespanha, onde tivera exactamente as mesmas origens que no resto da Europa, estando comtudo muito longe de attingir á pasmosa efflorescencia do theatro francez, não chegando mesmo a desprender-se das ingenuas ceremonias hieraticas. Aqui como em França, os ritos christãos assumem uma fórma dramatica, que faz parte da liturgia. E' assim que na edade media, em toda a Europa, quando se celebravam as festas da Semana Santa, collocava-se um crucifixo debaixo do altar, d'onde saía no sabbado de alleluia, e estava entre o povo espalhada a supersti-

ção de que aquelles que o vissem sair do sitio onde jazia occulto, não morreriam n'esse anno. Em torno d'esta ceremonia organisava-se um verdadeiro drama. Vinham as tres Marias, figuradas por padres muito moços, para ungirem o santo cadaver, saía-lhes ao encontro o anjo, a Virgem Maria ajoelhava diante do altar e entoava as suas lamentações. O povo tomava parte n'estas ceremonias, cantando antiphonas, etc. As representações foram-se desenvolvendo, tomaram o aspecto de verdadeiros dramas, depois entraram no culto ceremonias mais profanas, veio a festa do Asno, e emfim a Egreja, que ia adquirindo mais sciencia, que se tornava prosaica, e se affastava por conseguinte rapidamente do symbolismo tão caro á indole poetica do povo, começou a prohibir estas ceremonias, que difficilmente se desarraigavam da tradição. Em Portugal ainda as *Constituições do bispado de Evora*, promulgadas no seculo XVI, prohibem que se represente nas egrejas

Estas ceremonias symbolicas passaram muito naturalmente das egrejas para as procissões, e em Hespanha e Portugal tomaram tal desenvolvimento, que ainda hoje persistem os vestigios da tradição; talvez isso mesmo contribuisse para o theatro na edade média não se desenvolver tanto na peninsula, como em França e mesmo nos outros paizes. O povo satisfazia-se facilmente vendo as innumeras figuras, que compunham o sequito das procissões, e nada mais pedia. Em França formavam-se confrarias, que representavam nos adros das egrejas os dramas da Paixão.

A procissão do Corpus-Christi era entre nós a que mais abundava em representações d'esse genero. Escuso de notar o erro de se suppor que essa procissão foi decretada por D. João II; é muitissimo mais antiga, e D. João II o que fez simplesmente foi ordenar que se celebrasse no dia anniversario da batalha de Toro, como já se celebrava no anniversario da batalha de Aljubarrota, e regular o modo como haviam de figurar n'essas procissões os differentes mesteres que nunca tinham deixado de formar parte do sequito. Eis o titulo d'esse regulamento, enviado á cidade d'Evora:

«Regimento, que mandou o dito rei D. João II com a carta e relação acima dos que hão de servir nas quatro procissões do Corpo de Deus em cada anno; a saber dia de quinta-feira do Corpo de Deus, e logo no dia do Milagre

da Cera, a que vae o dito Corpo de Deus, e vespera de Santa Maria d'Agosto pelo vencimento da batalha real, e o dia em que el-rei D. João, nosso Senhor, venceu a batalha d'entre Toro e Samora.»

Ao mesmo tempo na côrte usavam-se *momos*, que eram tambem um outro embryão do theatro moderno. O uso é antigo bastante em Portugal, e nos outros reinos de Hespanha; em muitos documentos se encontram allusões a *arremedilhos*, *momos*, e *escarneos*; o bufão ou truão foi muito cedo um personagem tão indispensavel nos paços, como o jogral, que era poeta, e musico. Essas duas denominações vieram depois a confundir-se!

Nem podiam deixar de celebrar-se no nosso paiz essas festas, quando havia tão intimas relações entre a nossa côrte e a sumptuosa côrte de Borgonha, e entre esta e a côrte franceza, pois que os principes borgonhezes eram da casa real de França. E' escusado procurar, na ida de Affonso V a Paris, o motivo da introducção de costumes francezes em Portugal. Tivemos em todo o seculo XV as mais continuadas relações. Com Flandres, que pertencia aos duques de Borgonha, sempre tivemos communicação frequente, que ainda mais se estreitou pelo casamento da filha de D. João I com Philippe o Bom. Em Portugal esteve o celebre pintor Van-Eyck[1], em Portugal militou Olivier de la Marche, o author de *Memorias* celebres, por Flamengos foram em parte colonisados os Açores; na côrte de Borgonha foi residir o celebre Vasco Fernandes de Lucena; era portuguez o medico favorito de Carlos o Temerario, e este principe, uma vez que, irritado com o machiavelismo de Luiz XI, afrontou os seus embaixadores, bradou-lhes: «Entre nós outros, Portuguezes, é costume que, quando os nossos amigos se fazem amigos dos nossos inimigos, mandamol-os ao cem mil diabos do inferno.» E os embaixadores, magoados por esta apostrophe, murmuravam uns para os outros: «Nós outros Portuguezes, diz elle, renunciando assim ao nobre reino de França, e fazendo-se do paiz de sua mãe.»[2]

Que os momos da côrte portugueza se pareciam com os da côrte franceza, vê-se pelo facto de serem até muito similhantes os disfarces habitualmente usados. Assim nos mo-

[1] Barão de Reiffenberg. *Notas á Historia dos duques de Borgonha* de M. de Barante.

[2] Barante, *Historia dos duques de Borgonha*.

mos que se fizeram por occasião do casamento da irmã de Aflonso V com o imperador da Allemanha, o infante D. Fernando appareceu vestido com um fato de guedelhas de seda, representando de homem selvagem, disfarce que tambem o pobre Carlos VI vestira, e que ia sendo causa de morrer queimado[1].

Mas a primeira manifestação do nosso theatro é brilhantissima, porque é a das obras de Gil Vicente. Começa timidamente por uns autos pastoris, como Juan de la Encina os iniciára em Hespanha, um e outro vão procurar a inspiração aos mysterios francezes. A sciencia moderna lançou uma grande luz sobre este facto, mostrando que a palavra *auto* tem a mesma significação que a palavra *mysterio*. Leio o seguinte n'um estudo recente de Alberto de Réville:

«Escrevo *mysterio* para me conformar com o uso. No fundo, creio com alguns sabios allemães e francezes, que se deveria escrever *misterio*, a exemplo de numerosos manuscriptos. Os dramas primitivos não tinham de modo algum a intenção de representarem os *mysterios* da fé no sentido occidental d'essa palavra grega, quer dizer as verdades de uma ordem sobre-natural inaccessiveis á rasão. Foi muito depois que se tornaram dogmaticos. Reproduzem, na origem, pura e simplesmente, acontecimentos da historia sagrada. A palavra *misterio* vem por conseguinte antes do latim *ministerium*, em virtude da mesma contracção que fez *métier* de *ménestrer*. É o *auto* hespanhol, a *funzione* italiana, e essa etymologia lembra naturalmente o periodo, em que estas representações, fazendo parte do culto, eram devolvidas ao clero, que *officiava* dando-as [2].

Mas se é verdade que foi o theatro francez da meia-idade a fonte primitiva, não é verdade que Garcia de Resende quizesse negar a originalidade de Gil Vicente nos versos

Posto que Juan de la Encina
O pastoril começou

para se vingar de Gil Vicente lhe ter chamado peixe tamboril.

Garcia de Rezende citava um facto incontestavel. Em 1492 já as companhias hespanholas representavam publica-

[1] Ruy de Pina, *Chronica de D. Affonso V*— Barante *Historia* etc.
[2] *Le Drame religieux au moyen-âge.*

mente as peças de Encina, e a primeira obra de Gil Vicente é de 1502. Depois Garcia de Rezende, se fosse a vingar-se de todos os epigrammas que lhe eram dirigidos pelos poetas da côrte, havia de ter um trabalho infernal. Diz-se que ainda se vingou de Alvaro Barreto, supprimindo-lhe os versos; devemos n'esse caso imaginar que assassinou Affonso Valente, que foi de todos os poetas do *Cancioneiro* o que lhe dirigiu a satyra mais desbragada.

É sabido que, estes apodos eram inoffensivos, simples divertimentos cortezãos, como os processos amorosos, como as perguntas e as respostas, etc. etc. O *Cancioneiro* está cheio d'estes duellos de epigrammas, que nos parecem ás vezes um pouco brutaes, da mesma fórma que nos parecem indecentissimos muitos dialogos de Gil Vicente.

Mas a grande originalidade do nosso grande poeta não está em ter sido ou não ter sido o primeiro que escreveu na peninsula autos pastoris; está no modo como comprehendeu o theatro moderno, como arrastou á luz da scena a sociedade portugueza do seculo XVI, como creou um mundo de personagens perfeitamente caracterisados e cheios de verdade e de vida. Gil Vicente foi um creador; foi um d'estes vultos que são a gloria de uma litteratura, que a enriquecem com uma das grandes concepções do espirito humano, e que assim manifestam a sua vitalidade. Podemos dizer que os seus autos religiosos abriram o caminho seguido depois pelos hespanhoes nos *autos sacramentales*, que nas tragi-comedias ensaiou o genero da comedia allegorica, e da comedia cavalheiresca; mas nas farças principalmente é que se manifestou o seu genio vigoroso. A farça de *Quem tem farelos*, a do *Clerigo da Beira*, a dos *Almocreves*, e principalmente a de *Ignez Pereira*, abrem ao theatro moderno horisontes até ahi completamente desconhecidos. Como Fernão Lopes foi o interprete da vida politica do povo portuguez, Gil Vicente foi o interprete da sua vida social. Fernão Lopes narrou as luctas da democracia, Gil Vicente, na côrte de D. Manuel, como Molière na côrte de Luiz XIV, como Beaumarchais na côrte de Luiz XVI, é ainda a democracia flagellando com o latego da satyra os vicios e os ridiculos das classes dominadoras. Ayres Rosado, Braz da Matta, o Fidalgo da *Farça dos Almocreves*, frei Paço, todos desfilam diante da musa chocarreira de Gil Vi-

cente, que os amarra ao pelourinho, e os envia fustigados á posteridade.

Não me cega o amor-proprio nacional, quando comparo Gil Vicente a Molière. Ha nas obras do grande poeta comico francez uma scena celebre que todos os criticos citam, que se tornou proverbial pela sua immensa verdade, é a scena de D. Juan e de M. Dimanche no *Festin de Pierre*. Vamos encontral-a traçada como a mesma verdade, conduzida pelos mesmos tramites, na *Farça dos Almocreves* de Gil Vicente:

M. Dimanche é o crédor que vem pedir o seu dinheiro a D. Juan. Este manda-o entrar, e todo se desfaz em civilidades:

«Ah! monsieur Dimanche, approchez. Que je suis ravi de vous voir! et que je veux de mal á mes gens de ne vous pas faire entrer d'abord! J'avais donné ordre qu'on ne me fit parler á personne; mais cet ordre n'est pas pour vous, et vous êtes en droit de ne trouver jamais de porte fermée chez moi.»

Na *Farça dos Almocreves* vem um ourives pedir dinheiro ao fidalgo:

Fid.—Entre. Quererá dinheiro.
Venhais embora, cavalleiro:
Cobri a cabeça, cobri.
Tendes grande amigo em mi,
E mais vosso pregoeiro.
Gabei-vos hontem a El-Rei
Quanto se póde gabar,
E sei que vos ha-de occupar,
E eu vos ajudarei,
Cada vez que m'hi achar.
Porque ás vezes estas ajudas
São melhores que cristeis,
Porque só a fama que haveis
E outras coisas miudas
O que valem ja sabeis.

É o mesmo fluxo de palavras, é a mesma cortezia exaggerada. O ourives e M. Dimanche nem sabem como hão-de agradecer; mas o que não podem é alcançar o dinheiro. D. Juan interrompe sempre M. Dimanche, pedindo-lhe noticias da familia, e até do cão Brusquet, o fidalgo emprega o systema de se extasiar com o estylo do ourives:

Ora olhai esse fallar,
Como vai bem martelado!

É perfeitamente uma scena de alta comedia, como a scena de Molière. Esta porém é celebre no mundo inteiro, e o

seu author tem, com toda a justiça, fóros de grande genio. Gil Vicente, quasi ignorado pelos seus proprios compatriotas, é considerado pelos estranhos como uma pallida figura dos primordios do theatro peninsular, que desapparece no esplendor immenso das obras de Calderon e de Lope de Vega.

VII

O outro grande vulto da litteratura portugueza no seculo XVI tem sido apreciado com mais justiça pela critica européa. Camões é respeitado universalmente como um dos grandes genios creadores da moderna Europa. Resumem os estrangeiros n'esse grande nome a nossa litteratura, sem notarem que semelhantes phenomenos estão fóra das leis que regem o mundo intellectual, e que n'um solo esteril e arido não brotam estas plantas exuberantes de vida e de seiva.

Camões é a affirmação mais completa da nacionalidade portugueza, que expandia essa grande luz quando ia a apagar-se, que soltava esse grande brado dos Lusiadas, quando os Judas já a tinham pregado na affrontosa cruz.

Nos seculos cultos, em que reina uma litteratura artistica e artificial, não apparecem habitualmente as grandes epopéas nacionaes. São ellas quasi sempre o fructo anonymo do trabalho de um povo. A epopéa de Camões tem comtudo um grande numero dos caracteres d'esses poemas. Appareceu n'uma epocha, em que a epopéa tinha de ser regrada pelos moldes virgilianos. Camões era um poeta culto, profundo conhecedor das litteraturas classicas: mas consubstanciára na sua alma a alma do povo portuguez; a sua portentosa imaginação, inflammada pelos grandes espectaculos do Occeano e do Oriente, enthusiasmada pela memoria dos nossos grandes feitos, pela leitura dos nossos chronistas, impregnada na poesia popular dos seus companheiros d'armas, dos seus camaradas de navegações e de campanhas, recompozera essa epopéa, cujas paginas andavam soltas e dispersas pela tradição e pela historia.

Ao escrevêl-a acceitou, mas fez estalar os moldes classicos; a critica erudita nunca lh'o perdoou, e José Agostinho de Macedo, verberando o grande poeta, não fez senão repetir impudentemente o que todos os criticos da sua eschola diziam em voz baixa, ou envolviam em redundancias elo-

giosas. Camões era para elles respeitavel como um monumento nacional, que não póde comparar-se com os correctos monumentos da antiguidade, ou da litteratura moderna que soube servilmente copial-a.

Lamenta pelo contrario a critica moderna que a tradição de Enéas, e da mythologia, viesse turvar a puresa da tradição nacional. Mas, despresando esses alindamentos classicos, vejamos como Camões se impregna no espirito popular, como o seu poema é uma verdadeira juxtaposição das nossas soltas epopéas, se assim me posso exprimir. É isso exactamente o que incommoda a critica erudita; o plano de Camões não podia deixar de ser defeituoso segundo as regras, porque o seu fim principal era a coordenação de todos os episodios verdadeiros ou legendarios da nossa historia. Não lhe escapa um só dos que deviam andar na tradição do povo, dos que passaram naturalmente dos romances para as chronicas semi-legendarias. O feito de Egas Moniz, a tradição de Ourique, as lendas de Fuas Roupinho e de Giraldo Sem-Pavor, a dos sete caçadores de Tavira tudo figura no poema; tambem não falta a lenda cavalheiresca dos Doze de Inglaterra, tudo isto sobreposto, podendo destacar-se perfeitamente do livro, como a cantilena da morte de Alda se póde destacar da *Chanson de Roland.*

Quando põe em scena personagens historicos, é notavel como elle se consubstancia com os chronistas que estiveram em communicação mais directa com a alma popular; o seu Nuno Alvares é perfeitamente o condestavel de Fernão Lopes. Os personagens, que figuram no enredo principal do livro, os companheiros de Vasco da Gama não são copias dos personagens de Homero e de Virgilio, como não deixaria de fazer um epico erudito, são os typos verdadeiros. Aquelle Velloso, que desce o outeiro mais depressa do que o subio, mas que não confessa que foge, dizendo apenas que, ao vêr tantos negros correrem á praia

> á pressa um pouco vim
> Por me lembrar que estaveis cá sem mim

esse Velloso é perfeitamente o Fernão Velloso historico, de cujos gritos n'essa occasião, diz Damião de Goes, não faziam caso os seus companheiros, por elle ser «rebolão, assomado, e fallar sempre de valentias.» [1]

[1] *Chronica de D. Manuel.*

Em tudo se sente quanto este poema está longe das epopéas artificiaes da litteratura classica, da litteratura erudita. A verdade é o elemento fundamental de toda a poesia espontanea e sincera. Á verdade tambem presta Camões um culto apaixonado. As suas tempestades não são as tempestades virgilianas, nem são copiadas de Homero as suas paizagens; Humboldt foi o primeiro que fez notar a pasmosa verdade com que Camões descreve a naturesa. Mais ainda, na concepção do maravilhoso, quando se não guia pelo maravilhoso classico, influencia do seu tempo a que infelizmente se não póde eximir, quando dá largas á sua imaginação, o mytho forma-se-lhe na mente como se formaria na imaginação dos povos primitivos. Os estudos de Creuzer e de Guigniaut fizeram-nos comprehender, com uma claresa admiravel, o modo como os mythos se formaram. Seguimos passo a passo a transformação da verdade na lenda, como ao cair da tarde, quando se esfumam os horisontes, e se desdobram as primeiras sombras nocturnas, vêmos a pouco e pouco os objectos perderem os seus contornos verdadeiros, e assumirem as fórmas vagas do crepusculo.

No meio da tempestade sacodem as ondas, com longos bramidos, as suas madeixas de espuma, a agua, franjando-se de branco, toma ao mesmo tempo a côr esverdeada, *glauca*, da procella. Os marinheiros aterrados crêem ouvir no rugido das vagas uns gritos sobrenaturaes, julgam vêr um ente phantastico agitar-se no tumulto das ondas que se embatem, e assim se fórma o deus Glauco. Os nevoeiros da Escossia, toucando com as suas vestes alvejantes os pincaros das serranias, condensam-se nas vaporosas damas brancas, que se esvaem ao romper do sol. Assim tambem o Cabo Tormentorio, aspero e montanhoso, batido pelas ondas irritadas, envolto em eternas procellas, toucado de temerosas nuvens, se transforma naturalmente aos olhos de Camões n'essa admiravel creação do gigante Adamastor, guarda d'esses reconditos mares, propheta de naufragios, e terror dos navegantes. [1]

Assim a epopéa de Camões tem todos os caracteristicos

[1] Esta observação engenhosa foi feita pelo nosso respeitavel e erudito compatriota José Gomes Monteiro na sua *Carta a Thomaz Norton sobre a situação da ilha de Venus*. N'essa carta demonstrou o sr. Gomes Monteiro que as paizagens da ilha phantastica não são copiadas dos classicos jardins de Alcinoo, mas sim tomadas da naturesa africana.

de uma epopéa nacional, e um povo, cuja existencia, consubstanciando-se no espirito de um poeta, se affirmou por uma d'essas grandes obras primas, que tão raras são nas litteraturas, um povo, cujo poeta nacional é da familia sublime dos Dante e dos Milton, não se póde dizer que seja um povo sem originalidade litteraria; nem a nação que produziu esta admiravel epopéa impregnada no espirito popular no seculo XVI, monarchico e erudito, se póde dizer que fosse o que mais sacrificasse á reacção latinista a espontaneidade das suas creações.

VIII

Não seguirei agora a nossa litteratura na sua incontestavel decadencia; já disse as causas que mais contribuiram para ella. Não me seria difficil demonstrar comtudo que a raça portugueza não ficou atrophiada, e que o genio do nosso povo, se no seculo XVII não enriqueceu o peculio nacional, foi opulentar o thesouro da arte hespanhola. Um dos melhores poemas hespanhoes ácerca da victoria de Lepanto é a *Austriada* do portuguez Jeronymo Cortereal; um dos seus melhores livros de historia, o da revolução da Catalunha, é de D. Francisco Manuel de Mello, um dos seus grandes pintores é Claudio Coelho, um dos seus bons auctores dramaticos é João de Mattos Fragoso, um dos seus poemas gongoricos de mais nomeada, que mereceu a Scarron as honras de uma parodia, é de Manoel de Galhegos. É incontestavel comtudo que a nossa litteratura perdêra a seiva original, mas não se póde dizer que Portugal fosse uma especie de China, immobilisada e completamente alheia ás conquistas do espirito europeu.

Assim procurei demonstrar:

1.º Que o povo portuguez não é constituido por uma raça especial a que se dê o nome de mosarabe, comprimida sempre e atrophiada nas suas creações pela nobreza, constituida por outra raça a que se dê o nome de asturiana.

2.º Que nem as inducções philologicas, nem os factos historicos, permittem que se dê ao povo portuguez uma origem germanica, e á aristocracia uma origem latina; que pelo contrario, se algum dos elementos constitutivos da

raça peninsular predomina no povo, deve ser o elemento hispano-romano, e na aristocracia o elemento gothico.

3.º Que teve o povo portuguez durante a edade media uma vigorosa existencia, manifestada politicamente pela robusta vida municipal, litterariamente pela sua collaboração nos vastos romanceiros peninsulares, e pelas chronicas democraticas de Fernão Lopes.

4.º Que a litteratura aristocratica acceitou a influencia provençal, a influencia da França do norte, e a influencia italiana como succedeu nos outros reinos da peninsula.

5.º Que no seculo XVI a reacção latinista imperou aqui da mesma fórma que em toda a Europa, mas que a originalidade do nosso povo se manifestou com um vigor admiravel na epopéa de Camões, no theatro de Gil Vicente, e nas chronicas dos descobrimentos.

6.º Que a decadencia da nossa litteratura foi devida a tres causas deprimentes: o despotismo monarchico e centralisador, que imperou em todas as raças néo-latinas, o despotismo religioso que actuou com a mesma energia na Italia e principalmente na Hespanha, e a perda da nossa nacionalidade, que foi uma causa especial, devida a fataes circumstancias historicas.

Não supponho portanto que sejam os portuguezes os parias litterarios da Europa. O caracter dos povos tem uma logica tão inflexivel, como a que rege o caracter dos individuos, e seria impossivel imaginar que um povo, que affirmou com tanta energia a sua independencia, que tanto contribuiu para o progresso da civilisação com os seus audaciosos descobrimentos, fosse um povo privado de originalidade litteraria, e de vitalidade intellectual.

FIM.

OBRAS Á VENDA NA LIVRARIA

DE

C. S. AFRA & C.ª

180—RUA DO OURO—182

M. PINHEIRO CHAGAS

A Virgem Guaraciaba, 1 vol. 500
Conspiração de Pernambuco, 1 vol. 500
Ministros, padres e reis, 1 vol 500
Historia da guerra entre a França e a Prussia, 1 vol. 500
Tristezas á beira mar, 1 vol. 500
Flor seca, 1 vol. 500
Poema da mocidade e poemeto o Anjo do lar, 1 vol. 500
Ensaios criticos, 1 vol 500
Novos ensaios criticos, 1 vol. 500
Côrte de D. João V, 1 vol. 500
Novellas historicas, 1 vol. 500
Scenas e phantasias portuguezas, 1 vol. 200
Contos e descripções, 1 vol. 200
Portuguezes illustres, 1 vol 200
A morgadinha de Val-flor, drama, 1 vol. 400
A Judia, drama, 1 vol. 360
Durante o combate, 1 vol. 300
O Major Napoleão, 1 vol. 500

JULIO DINIZ

As pupillas do sr. Reitor, 1 vol. 500
Uma familia ingleza, 1 vol. 600
A Morgadinha dos Canaviaes, 1 vol. 600
Serões de provincia, 1 vol. 500
Os fidalgos da casa mourisca, 2 vol. 800

GABINETE DE LEITURA FRANCEZA

15:000 volumes dos melhores auctores.

CATALOGO GRATIS

PQ
9013
P5

Pinheiro Chagas, Manuel
Desenvolvimento da
litteratura portugueza

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

UTL AT DOWNSVIEW
D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 11 12 23 07 018 6